

Sema realiza soltura de mais de 5 mil tracajás na RDS Igapó-Açu

Noir Miranda/Sema

Ação fortalece conservação da espécie e impulsiona geração de renda no “trecho do meio” da rodovia BR-319

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) realizou a soltura de 5.255 quelônios da espécie tracajá (*Podocnemis unifilis*) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu. Do total de animais devolvidos à natureza, 2.308 são oriundos da comunidade Nova Geração e 2.947 da comunidade São Sebastião do Igapó-Açu.

A ação foi realizada ao longo de três dias, entre 20 e 22 de fevereiro, e reuniu comunitários, parceiros institucionais e visitantes na área da Unidade de Conservação do Estado (UC). As comunidades localizam-se no km 260 da rodovia BR-319, entre os municípios de Beruri, Borba e Manicoré, região conhecida como “trecho do meio”.

“É importante a atividade para trazer as pessoas, para o turismo. As pousadas estão todas lotadas, esta atividade está gerando renda para a comunidade, mas o mais importante é a comunidade estar aqui, presente, prestigiando. A gente fala que o projeto Pé-de-Pincha é da comunidade, da Unidade de Conservação”, afirmou o gestor da RDS Igapó-Açu, Cristiano Gonçalves.

A ação integra as atividades de manejo participativo desenvolvidas na Unidade de Conservação do Amazonas (UC), com apoio de instituições parceiras e protagonismo das comunidades locais. A edição deste ano registrou quase 80% de taxa de eclosão, uma das maiores em 16 anos de manejo no Igapó-Açu, além de aumento de 6,7% no número de quelônios soltos em relação a 2025.

“A gente está aqui no tripé da sustentabilidade, trabalhando o social, o econômico e o ambiental. Que essa atividade possa crescer e possa ser realmente internalizada pelas comunidades, pelos moradores. Que nos próximos anos isso possa ser um roteiro turístico da comunidade, que várias pessoas venham. Porque existem pessoas que querem vir, querem conhecer, mas precisamos estar organizados internamente com o apoio das instituições que estão aqui”, acrescentou o gestor.

Manejo comunitário

A metodologia utilizada no processo de coleta e soltura é desenvolvida pelo Projeto Pé-de-Pincha, da Universidade Federal do Amazonas



A ação integra as atividades de manejo participativo desenvolvidas na Unidade de Conservação do Estado (UC), com apoio de instituições parceiras e protagonismo das comunidades locais



(Ufam), que atua em 180 comunidades no estado, há mais de 25 anos.

Dados do Projeto afirmam que, sem o manejo, a taxa de sobrevivência natural dos quelônios após o nascimento é de cerca de 1%. Com o acompanhamento técnico e comunitário, esse índice pode chegar a 18%, ampliando significativamente as chances de manutenção da espécie na natureza.

“Na metodologia do projeto, quem faz a coleta e todo o trabalho são os comunitários treinados pelos acadêmicos da Ufam. São eles os responsáveis por todo o trabalho do projeto Pé-de-Pincha”, afirma Sandra Azevedo, coordenadora de campo do projeto.

A coordenadora explica que, após a coleta, os ovos são transportados para as chamadas “chocadeiras”, onde permanecem protegidos por cerca de 60 dias, até o nascimento dos filhotes. Em seguida, passam por biometria, com medição e pesagem, e são mantidos em berçários por mais três

meses, em média, antes da soltura.

“Passados 60 dias da coleta, os filhotes começam a nascer. Aí vem os técnicos, tem gente na comunidade treinada para fazer isso. Tiram os ovos, põem em caixas que chamamos de ‘berçários’, medem, pesam, fazem uma amostra da biometria dos filhotes e deixam eles no berçário por 60 dias também, ou 70, depende do cronograma que a gente faz para soltura”, declarou.

Parcerias

A ação conta com a participação da Sema, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por meio do Consórcio Concremat/Hollus, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio do Projeto Pé-de-Pincha, do Instituto Acariquara e do Instituto Claro.

A atividade recebe apoio financeiro do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que é uma iniciativa conjunta patrocinada por agências governamentais e não governamentais para expandir a proteção da floresta amazônica. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, tem o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) como gestor e executor financeiro. No Amazonas, é executado por meio da Sema, em 24 Unidades de Conservação do Estado.